

# Vala Comum de Perus: lugar de memória e resistência

Perus Mass Grave: place of memory and resistance

Fosa Común de Perus: lugar de memoria y resistência

Soraia Ansara y Beatriz Besen

Universidad de Sao Paulo

soraiaansara@hotmail.com

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar os processos de memória construídos a partir da abertura da Vala Comum de Perus, apresentando-a como "lugar de memória" que possibilita a reconstrução da memória da ditadura militar brasileira a partir de ações culturais, educativas e artísticas, assim como celebrações e rituais desenvolvidos por coletivos, organizações e movimentos sociais. Abordamos as políticas de memória e esquecimento no Brasil, as disputas entre a memória oficial hegemônica e as memórias subterrâneas e marginais e, por fim, analisamos a Vala Comum de Perus como um lugar-símbolo de memória que mobiliza novas expressões artísticas e políticas que aproximam diversas gerações na luta contra a violência de Estado.

Palavras-chave: lugar de memória, resistência, políticas de memória, memória política, ditadura militar, Vala Comum.

## Abstract

This article aims to analyze the memory processes built from the opening of the Mass Grave of Perus, presenting it as a "place of memory" that allows the recovery and reconstruction of the Brazilian military dictatorship memory from cultural, educational and artistic action perspectives, as well as from celebrations and rituals developed by collectives, organizations and social movements. We address the subject of the policies of memory and forgetfulness in Brazil, the disputes between the official hegemonic memory and the underground and marginal memories and, finally, we analyze the criminal Mass Grave of Perus as a symbolic place of memory that mobilizes new artistic and political expressions which is able to connect generations in the struggle against State violence.

Keywords: place of memory, resistance, memory policies, political memory, military dictatorship, Mass Grave.

**Cómo citar este artículo (mla):** Ansara, Soraia y Besen, Beatriz. "Vala Comum de Perus: lugar de memória e resistência". *Estudios del Discurso* 7.1 (2021): 115-132.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar los procesos de memoria construidos desde la apertura de la Fosa Común de Perus, presentándola como un “lugar de memoria” que permite la reconstrucción de la memoria de la dictadura militar brasileña desde acciones culturales, educativas y artísticas, así como de celebraciones y rituales desarrollados por colectivos, organizaciones y movimientos sociales. Nos acercamos a la discusión sobre la política de la memoria y de olvido en Brasil, las disputas entre la memoria hegemónica oficial y las memorias subterráneas y marginales y, finalmente, analizamos la Fosa Común de Perus como un lugar simbólico de memoria que moviliza nuevas expresiones artísticas y políticas que conectan generaciones en la lucha contra la violencia estatal.

Palabras clave: lugares de memoria, resistencia, políticas de memoria, memoria política, dictadura militar, Fosa Común.

Os estudos da memória têm despertado o interesse de muitos pesquisadores em toda a América Latina desde o fim das ditaduras militares, e vêm ganhando força e espaço no cenário atual brasileiro. Tais estudos têm focado novas dimensões da memória, não mais concebida como reconstrução fiel do passado, mas como construção viva com potencial de transformação do presente e futuro. Dentre as questões mais discutidas estão as tensões entre história e memória, as disputas de sentido sobre o passado recente e suas diferentes interpretações, as controvérsias em torno das políticas da memória oficiais e não oficiais e a construção dos lugares de memória.

No Brasil, o campo de debate em torno da memória política é relativamente recente e começa a ser construído a partir de 1990. Dois eventos podem ser considerados atos fundacionais na construção da memória sobre os crimes da ditadura: a publicação do relatório do projeto “Brasil Nunca Mais”, que foi realizado clandestinamente entre os anos 1979 e 1985, ainda durante a ditadura militar (1964-1985), e resultou numa importante documentação sobre a repressão política no Brasil e a abertura da vala clandestina<sup>1</sup> de Perus, em setembro de 1990 (Teles 262). Ambos acontecimentos foram fundamentais para a construção da memória da ditadura militar brasileira e para as investigações e esclarecimentos sobre as torturas, desaparecimentos e assassinatos praticados em unidades militares e locais clandestinos mantidos pelo aparelho repressivo.

Neste artigo enfatizamos os processos de memória construídos a partir da abertura desta vala comum, localizada no Cemitério Dom Bosco, em Perus (bairro operário na periferia da zona noroeste da cidade de São Paulo). Ali foram encontradas mais de mil ossadas de indigentes -presos políticos e

<sup>1</sup> Inicialmente a Vala Comum de Perus, conhecida como Vala Comum ou simplesmente Vala de Perus, conforme muitas pessoas e autores a ela se referem, era uma vala clandestina onde eram enterrados vários corpos de pessoas indigentes e/ou vítimas dos esquadrões da morte.

vítimas dos Esquadrões da Morte<sup>2</sup> -mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira. Trataremos de elucidar como este lugar possibilita a reconstrução da memória da ditadura militar brasileira, e como as ações desenvolvidas neste espaço -e a partir dele- o transformam em um lugar de memória que simboliza um encontro entre o passado e o presente de violações do Estado e que mobiliza moradores, estudantes, militantes, artistas populares, professores e universidades.

Iniciamos discorrendo brevemente sobre as políticas de memória oficiais no Brasil, enfatizando aquelas relacionadas a Perus. Seguimos apresentando as dimensões de disputa e conflito entre a memória oficial hegemônica e as memórias subterrâneas e marginais, o que revela componentes políticos e simbólicos do direito à memória. Em seguida, apresentamos a concepção dos espaços memoriais ou lugares de memória, focando a Vala Comum de Perus e os desdobramentos das novas expressões artísticas e da articulação dos movimentos sociais em torno desse espaço. Por fim, para além da dimensão da recuperação e identificação das ossadas, destacamos a importância de a Vala Comum de Perus ser considerada e preservada como lugar de memória, resistindo independentemente das iniciativas do Estado.

## 1. Políticas de memória no Brasil

Nas últimas décadas, temos observado uma diversidade de experiências e pesquisas relativas à construção da memória da ditadura militar brasileira que evidenciam, assim como em outros países da América Latina, um campo de disputa de diferentes versões sobre o passado recente. Estas disputas de sentido pela legitimidade de narrativas sobre o passado violento são marcadas pelas tensões existentes em torno das políticas de memória oficiais (instituídas) e não oficiais (instituintes) e suas demandas por “verdade”, “reparação” e “justiça”. Pode-se dizer que a política de memória acerca da ditadura militar no Brasil é ainda muito incipiente, pois começa a ser normatizada por volta de 1995, com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP). Mas, somente a partir de 2012, o Estado brasileiro inicia uma política de reparações e de recuperação da memória das vítimas da violência do regime militar com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)<sup>3</sup>. Tal Comissão,

2 Os esquadrões da morte surgem no Brasil nos anos 1960, durante a Ditadura Militar e são instituídos como organização não formal para atuar como polícia política, “integrando o sistema de segurança que tinha como objetivo eliminar de modo sumário pessoas consideradas inimigas, além de praticar torturas para aterrorizar e intimidar os inimigos do regime” (Meneghetti 3).

3 Comissão Nacional da Verdade (CNV). Órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, encerrou suas atividades em 10 de dezembro de 2014, com a entrega de seu Relatório Final. Atualmente uma cópia do Portal da CNV é mantida pelo Centro de Referência

criada pela Lei 12.528/2011, quase 50 anos após o Golpe de 1964, e instituída no 16 de maio de 2012, teve como objetivos: esclarecer os fatos ocorridos entre os anos 1964 a 1985 durante a repressão política contra opositores; reconstruir a memória das graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988; e estabelecer comunicação constante com a sociedade civil organizada, assim como parcerias com órgãos governamentais.

O Brasil, ao contrário de outros países da América Latina, não constituiu uma única Comissão da Verdade, mas criou uma rede<sup>4</sup> de comissões da verdade em alguns estados e municípios bem como comissões setoriais por atividades profissionais, como a comissão da Ordem dos Advogados do Brasil e as Comissões Universitárias.

O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), concluído em dezembro de 2014, indicava 29 recomendações para a sociedade, sendo a maior parte dedicada à memória. Dentre elas estão a proibição de comemorações oficiais do golpe de 1964; o reconhecimento pelas Forças Armadas das violações cometidas contra os direitos humanos; a reformulação do conteúdo curricular das academias militares (sobretudo em relação ao ensino de história); e o incremento de uma política de preservação da memória das violações dos direitos humanos durante o regime, devidamente articulada às políticas educacionais. Foram reconhecidos, oficialmente, 434 mortos e desaparecidos políticos dos quais 210 continuam desaparecidos. Somente alguns deles foram identificados como é o caso de Dimas Casemiro e Aluizio Palhano, ambos da própria Vala Comum de Perus. O relatório da CNV lista os nomes de 377 agentes de Estado que cometeram “graves violações aos direitos humanos”, mas até o momento não houve nenhuma ação de responsabilização destes agentes. Outro aspecto extremamente relevante apontado no relatório, que já era indicado pela pesquisa historiográfica, refere-se ao reconhecimento de que as violações aos direitos humanos cometidas não se constituíram como “exceções”, como defendia o discurso oficial, mas como uma política de Estado sistemática.

A criação das Comissões da Verdade -em nível nacional, estadual e municipal- foi resultado de muita pressão da sociedade civil e dos trabalhos anteriores de investigações da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Comitê por Memória, Verdade e Justiça, das organizações de Direitos Humanos e da Comissão de Anistia<sup>5</sup> (criada em 2002) constituindo-se como um dos instru-

Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Ver: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/300-site-com-acervo-de-processos-da-ditadura-militar-sera-lancado-dia-9-em-sp.html>

<sup>4</sup> Embora não tenham sido criadas comissões da verdade em todos os estados e municípios brasileiros o artigo de Seixas e Souza intitulado “Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil” oferece um detalhamento do trabalho destas comissões descrevendo como essa rede contribuiu para o cumprimento dos objetivos da comissão nacional.

<sup>5</sup> A Comissão de Anistia, criada em 2002 pelo Estado Brasileiro, é formada por conselheiros que atuam de forma voluntária. Tal comissão era subordinada ao Ministério da Justiça e atualmente pertence ao Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos.

mentos fundamentais para construção da memória política e das políticas de reparação das vítimas da ditadura.

Embora o trabalho da Comissão Nacional da Verdade tenha representado um avanço do Estado brasileiro por ter reconhecido oficialmente que os repressores praticaram crimes contra a humanidade e por apontar a necessidade de responsabilização dos agentes da repressão, seu resultado acabou sendo limitado, pois a maior parte das recomendações foi ignorada e suas atividades encerradas, em 2014, com a entrega do Relatório Final. A concretização das recomendações após a conclusão do relatório final, não ocorreu, sobretudo porque não foi criado nenhum órgão específico para dar continuidade aos trabalhos da CNV e para monitorar sua implementação, ficando esse processo condicionado à vontade política dos governos e não às políticas de memória efetivas.

Para se compreender os avanços e limites das políticas de memória é fundamental indagar sobre o “qué se recuerda, o qué se olvida; qué se escribe y qué se excluye de los textos escolares; a quiénes se dedican los monumentos y los lugares de memoria; cuáles son las conmemoraciones oficiales y los discursos que las sustentan (...)” (Vannini 4). Tais questões possibilitam perceber o quanto as políticas de memória elaboradas e difundidas pelos governos podem impor uma determinada interpretação dos acontecimentos passados e, ao mesmo tempo, compreender os conflitos acerca das políticas públicas de memória construídas nos últimos anos, seja por meio do estabelecimento de lugares de memória, da constituição de Comissões da Verdade, pelos processos de indenização e reparação às vítimas das atrocidades praticadas na ditadura ou pelas disputas em torno das diferentes versões do passado recente provocadas pelas iniciativas não oficiais.

Durante a ditadura militar e o processo brasileiro de redemocratização, foram implantadas políticas que estabeleceram uma memória oficial. Tais políticas envolviam artifícios ideológicos que levaram ao esquecimento das violações ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985), apagando as marcas da resistência e da luta das classes populares. A *memória oficial*, desde o período da ditadura militar, procurou justificar a autoridade dos generais (que no Brasil se alternaram no poder)<sup>6</sup> e a violência do Estado por meio do discurso ideológico e do uso de estratégias de instauração da ordem social, que buscavam garantir o desenvolvimento nacional sob o signo do “milagre econômico”<sup>7</sup> e a preservação da soberania da nação. As estratégias implantadas durante o regime de exceção, compreendidas como políticas de esquecimento, visavam

6 A ditadura militar brasileira, diferente das ditaduras latino-americanas, teve uma alternância de generais no poder. Foram cinco generais que ficaram cerca de quatro anos cada, no poder.

7 O endurecimento político do regime foi respaldado pelo milagre econômico, que vai de 1969 a 1973, em cujo período, o Brasil teve um acelerado crescimento econômico, atraindo muitos investimentos externos para projetos de grande porte no setor industrial, agropecuário, mineral e de infraestrutura.

esconder os atos repressivos e a violação dos direitos humanos praticada pelo Estado, atribuindo um caráter de normalidade aos acontecimentos como se estes não houvessem ocorrido; estabelecendo relações de poder impositivas como sendo naturais, invisíveis e mesmo inconscientes, alienando e falsamente justificando a ditadura como necessária para a “manutenção da ordem social” (Ansara, *Políticas* 306).

Estas políticas constituíram-se ideologicamente como memórias dominantes que estabeleceram uma versão distorcida do passado, produzindo o esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou da elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos passados, dissimulando as relações de dominação e materializando o poder constituído (Ansara e Dantas).

De acordo com Bruno Groppo (192), as políticas de memória podem ser entendidas como ações deliberadas e estabelecidas por governos ou outros atores políticos e sociais (ou pela interação de ambos) e se constituem como políticas de Estado quando conseguem se institucionalizar e ter alguma chancela das principais forças políticas em uma determinada conjuntura política. Tais políticas visam “conservar, transmitir e valorizar” as lembranças consideradas significativas para a construção de uma determinada identidade social e política, bem como estabelecer formas de representação pública da memória oficializada.

O Brasil, diferentemente de outros países da América latina, tem tido uma ação tímida com relação a transformação de antigos centros de tortura em “Memoriais” ou museus e centros culturais. Para se ter uma ideia, a CNV identificou, a partir de depoimentos de ex-presos políticos, vários Centros Clandestinos de Detenção (CCD) localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pará, Pernambuco, Bahia, Ceará, Sergipe, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Entretanto, somente alguns foram transformados em Memoriais como é o caso do antigo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), em São Paulo, que abriga desde 2009, o *Memorial da Resistência*<sup>8</sup>, vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Embora o Memorial da Resistência faça parte de um processo de “museificação” instituído pelo Estado, suas iniciativas têm favorecido a construção de uma memória que se contrapõe à memória oficial construída pela ditadura militar, ainda muito presente na sociedade brasileira. Outros centros clandestinos de detenção estão em processo de transformação: o antigo prédio do Dops em Belo Horizonte, em Minas Gerais - tombado como patrimônio cultural, em 2013 - que dará lugar ao “Memorial dos Direitos Humanos; e a “Casa Da Morte”, em Petrópolis, no Rio de Janeiro que tem um projeto para ser transformado no Centro de Memória, Verdade e Justiça. As

8 O Memorial da Resistência está vinculado à Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC) qualificada como Organização Social da Cultura, da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Para mais informações ver histórico das iniciativas promovidas pelo Memorial da Resistência: <http://www.memorialdaresistenciasp.org.br/memorial/default.aspx?c=130>

poucas iniciativas de reconhecimento oficial desses locais como lugares de memória revelam que a memória produzida pelo Estado é incipiente quando não ausente, motivo pelo qual as ações não governamentais são fundamentais nas lutas e disputas por políticas de memória.

No caso da Vala Comum de Perus, objeto de análise deste artigo, desde sua descoberta houve uma ação conjunta entre governo, familiares de mortos e desaparecidos e outros atores sociais que delinearão juntos as primeiras políticas de memória acerca da ditadura militar brasileira.

Desde setembro de 1990, quando foi encontrada a Vala Comum de Perus no Cemitério Dom Bosco, a então prefeita Luiza Erundina (1989 a 1992) criou uma Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus com a participação de familiares e médicos legistas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para apurar o caso. Em seguida abriu-se uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Câmara Municipal de São Paulo e foi constituída uma Comissão de Representação Externa de Busca dos Desaparecidos Políticos, na Câmara Federal (IEVE, GTNM). A prefeita fez ainda um convênio com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o Governo do Estado, e entregou as ossadas da Vala de Perus para serem identificadas pelos peritos. No local, foi colocada uma placa e erguido um memorial, de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake.

A revelação da existência de uma vala clandestina, localizada em um cemitério oficial, “desencadeou um processo de busca da verdade sem precedentes no país” (Núcleo Memória 14), sobretudo porque proporcionou à sociedade brasileira o conhecimento de um dos muitos crimes cometidos pelo regime militar com o golpe de estado de 1964 e revelou a crueldade dos atos praticados durante a ditadura. Até aquele momento o desaparecimento de pessoas, a referência oficial aos supostos tiroteios e atropelamentos, as marcas de tortura e as dores da perda pertenciam exclusivamente à experiência privada dos familiares, sobreviventes e amigos das vítimas.

Nesta mesma época, foram encontradas outras ossadas de desaparecidos em outros estados brasileiros e posteriormente em outros cemitérios da cidade de São Paulo. A abertura dessas valas comuns é considerada pelo Grupo Tortura Nunca Mais (IEVE, GTNM) um marco na luta pelo resgate dos mortos e desaparecidos, principalmente porque a partir disso, o movimento ganhou nova força e começou a reivindicar o acesso aos arquivos policiais da ditadura.

Somente em 2014, com a criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF), da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que formou o Grupo de Trabalho Perus (GTP), os trabalhos de identificação das ossadas foram oficializados como política pública federal, por meio de um Acordo Técnico de Cooperação (ACT)<sup>9</sup> com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/

<sup>9</sup> Este Acordo Técnico de Cooperação (ACT) foi resultado de uma ação civil movida pelo Ministério Público Federal.

PR), atualmente Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) e com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH), da Prefeitura de São Paulo.

Cabe ressaltar que as políticas de memória construídas em torno da ditadura militar do Brasil foram intensificadas no período dos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016) e contaram, em sua implementação, com a participação efetiva de familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura, além de intelectuais, pesquisadores e lideranças populares.

Infelizmente, neste momento político, o atual governo interrompeu as ações das políticas de memória acima citadas, destituindo da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) os representantes dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, e extinguindo o Grupo de Trabalho de Perus, vinculado ao CAAF. Aqui cabe o questionamento dos limites da institucionalização da memória, que mesmo tendo uma base crítica, depende das ações do Estado.

## **2. Memória e resistência: a força das memórias subterrâneas e marginais**

Atualmente, as iniciativas referentes à construção da memória política extrapolam o Estado e ganham força no interior das comunidades periféricas, nas quais a violência de Estado segue como realidade. Outras ações provenientes de diversos grupos, tanto de vítimas das ditaduras ou da violência política, quanto de comunidades, movimentos populares e artistas, buscam maneiras de tornar visíveis a repressão e as lutas de resistência. Poderíamos chamar estas ações de políticas não oficiais, como sugere Arboleda-Ariza e Bravo (47): “las políticas de memoria no oficiales han tenido más que ver con un intento por hacerse espacio y abrirse camino en medio de escenarios espectadores no ejercitados, dispuestos o predispuestos para atender a multiplicidades de voces emergentes (...)”.

A criação desses espaços não-oficiais de reconstrução do passado constitui uma diversidade de formas e experiências que possibilitam a construção da memória política demarcada pelas disputas existentes em torno das diferentes versões do passado. As memórias construídas por diferentes grupos e movimentos questionam as memórias dominantes e revelam a potencialidade de se constituírem como práticas de resistência.

Piper-Shafir assinala que os processos de memória são complexos tanto nas suas relações com a realidade social e com os projetos políticos, quanto no que tange às formas de resistência e construção das subjetividades. A autora enfatiza que a memória se torna uma prática de resistência quando ques-

tiona as versões hegemônicas do passado e do presente, e quando possibilita a articulação das lutas contra o autoritarismo e a dominação potencializando atores sociais no presente.

el mero hecho de recordar u olvidar determinados acontecimientos no garantiza el carácter transformador de la memoria sino que este depende de la capacidad de los recuerdos construidos de tensionar las versiones hegemónicas que imperan en un determinado momento (Piper-Shafir 16).

Dessa forma, a memória se constitui como prática de resistência quando confronta os autoritarismos e mobiliza a participação política em processos de resistência e de luta por políticas públicas referentes à memória, à verdade e à justiça –políticas que “buscam criar e manter espaços memoriais que ajudem a construir e alimentar a memória coletiva” (Perrone 109).

Nesta perspectiva, as políticas de memória, justiça e verdade são essencialmente provocadas pelas demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, por assim dizer, de uma “memória dos vencidos”; pelos grupos e minorias que criam novos suportes e lugares da memória, por meio de suas narrativas, de suas celebrações, de seus rituais e da organização sistemática de seus arquivos (Ansara, *Políticas* 304). Em outras palavras, há um confronto entre memórias antagônicas e diferentes versões do passado que buscam legitimidade no espaço público gerando embates e dissonâncias simbólicas sobre o passado.

Blair (70) defende que existe um poder político nas memórias subterrâneas e não institucionalizadas. A autora evidencia a importância de mobilizar a memória local, subterrânea e invisibilizada, de forma que essas emergam à superfície e possam tomar parte da memória histórica da sociedade.

### 3. Lugares e espaços de memória: a experiência da Vala Comum de Perus

As diversas possibilidades de reconstrução do passado se vinculam a uma “política de memória” oficial ou não oficial, e as ações desenvolvidas em torno da verdade, justiça e reparação têm impactos nas interpretações e significados que serão construídos sobre o passado recente (Grosso 192).

Um conjunto de questões nos provocam quando analisamos as memórias construídas sobre e a partir da Vala Comum de Perus: quais significados são construídos em torno desse passado? Que formas adquirem as expressões (rituais, espaços, objetos, produção cultural, etc.)? Que atores sociais as mobilizam? Que imagens do passado revelam? Como as memórias construídas em torno da Vala Comum de Perus se configuram no espaço público? Como novos atores políticos inventam hoje novos meios de se produzir, a partir deste espaço?

A partir destas indagações, procuramos elucidar como este lugar possibilita a reconstrução da memória da ditadura e, sobretudo, mostrar como esta memória vem sendo reconstruída e ressignificada por outros atores sociais que mobilizam diferentes ações ou expressões, dando visibilidade às memórias silenciadas ou ocultadas, fazendo deste lugar um lugar de memória e de ação política.

Como afirma Soraia Ansara (*Memória* 252), o fato de existir a Vala Comum no Cemitério de Perus talvez não fosse suficiente para a construção desse passado recente. O que realmente possibilita a construção dessa memória são as atividades organizadas pelos grupos locais, comunidades, movimento de direitos humanos que fazem deste espaço um espaço memorial, um “lugar de memória”, onde se celebra e se reflete sobre as violências passadas e presentes contribuindo para que os erros do passado não sejam repetidos.

Neste sentido, é importante reconhecer que a Vala Comum de Perus é ainda hoje motivo para recordar conflitos e contradições do passado, mas também demonstração da importância do lugar como espaço de manutenção da memória coletiva, proporcionando às novas gerações a construção das memórias do passado de violência política e violação aos direitos humanos. Ao mesmo tempo, esse lugar de memória permite que as novas gerações possam perceber os contextos de violência como fatos históricos a serem analisados e reparados, sobretudo quando tais fatos continuam ocorrendo no presente. “Resulta expresivo que en los procesos de construcción de lugares de memoria se ejerciten acciones para señalar y visibilizar algo que, hasta antes de la acción colectiva, se encontraba invisibilizado o desapercibido” (Loreto y Guglielmo 35).

Estas ações são revestidas de uma intenção de memória e de elementos que conferem ao lugar uma “aura simbólica”, como defende Pierre Nora (21;27), e que ultrapassa o seu aspecto material e topográfico, estando sempre aberto a extensão de suas significações.

Madeleine Reberioux afirma que “lugares simbólicos, são promovidos a símbolos por um processo de memorização consciente e militante, tornados simbólicos pela vontade de vencer o esquecimento e por mergulhar na luta dos dominados (...)” (53). Esta perspectiva permite perceber a Vala Comum de Perus, como um lugar com valor simbólico e político que possibilita a outras gerações recriarem a memória dos que “perderam o poder e a visibilidade de suas ações” (Paoli 27). Isso significa reconhecer “o direito ao passado como dimensão básica de cidadania” e legitimar a existência de memórias coletivas que fazem com que “experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a sua dimensão histórica” (27).

Elizabeth Jelin ao falar de marcas territoriais e lugares de memória faz referência ao processo em que um espaço físico adquire e reafirma sentidos, ou seja, quando em um lugar acontecem eventos importantes, o que antes era um “mero espaço” físico ou geográfico se transforma em um lugar com significados carregados de sentidos para os sujeitos que o vivenciaram. Deste modo, esses espaços demandam novos e complexos sentidos quando o que se recorda não é só o vivido, mas também as memórias posteriores ao vivido.

Pero... ¿la materialidad habla? ¿Es testimonio *per se* de los crímenes? ¿Transmite el dolor y el sufrimiento de las víctimas? En esta tensión se juega el plus de valor que parecen portar estos sitios. Por un lado, difícilmente lo real habla a menos que se lo interrogue. Son los actores sociales – individuales o colectivos – quienes, mediante sus propias prácticas, significan el mundo, constituyen objetos, semantizan espacios y, en el mismo camino, se producen a sí mismos como sujetos de conocimiento (Messina 65).

Assim, a memória se efetiva como ação discursiva de sujeitos de conhecimento: rememorar e narrar algo é dizer, ao mesmo tempo, o que e como se recorda, delimitando na recordação um momento específico e um certo tecido ou trama de sentido. A força simbólica dos espaços de memória está em seu caráter de produção de sujeitos, relações e imaginários sociais. Com isso, é possível atribuir-lhes um potencial de resistência, instabilidades e transformações, e não somente pelo simples fato de fazer lembrar ou esquecer certos acontecimentos, mas pelo seu poder de tensionar as versões hegemônicas que imperam em uma determinada ordem social.

A possibilidade de recortar ou selecionar algum aspecto do passado depende das relações de poder presentes e das condições de visibilidade e reconhecimento das responsabilidades sobre os atos de violências praticados no passado e no presente. O debate sobre a visibilidade ou a invisibilidade da memória se relaciona estreitamente com o debate da constituição da cidadania e implica a presença de sujeitos ativos no cenário político presente. Esse processo de construção da memória a partir da Vala Comum de Perus tem mobilizado novos sujeitos que hoje conduzem uma luta contra o genocídio

da população negra e periférica, e que, desta forma, usam a força da memória como instrumento de luta. Para entender esse processo, analisamos a potência das comemorações, expressões artísticas e ações educativas a ela relacionadas.

O estudo de Soraia Ansara (*Memória*), apontou que as gerações que não viveram a ditadura militar tomaram conhecimento da repressão e violência política praticadas naquele período por causa da existência da Vala Comum de Perus. Na própria vala, as comunidades e movimentos locais realizam celebrações no Dia de Finados em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos. Em outros espaços do bairro, a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e em conjunto com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, promovem palestras, reflexões e debates sobre os desaparecidos políticos e os acontecimentos do período da ditadura militar no Brasil, e a exibição do filme “Vala Comum”, seguidos de conversas com anistiados políticos e familiares.

O filme “Vala Comum” é um documentário, dirigido e produzido em 1994 pelo cineasta João Godoy, que retrata o triste episódio conhecido como “As ossadas de Perus”. Em suas cenas são apresentados o contexto da ditadura militar brasileira, a abertura da vala comum no Cemitério Dom Bosco, entrevistas com familiares de ex-presos políticos e dos mortos enterrados como indigentes e o andamento das pesquisas de identificação das ossadas realizadas pela UNICAMP.

Na pesquisa (*Memória*), vários entrevistados fazem referência ao filme em suas entrevistas:

Então, o que eu sei da ditadura militar no Brasil, é assim: alguma coisa eu ouvi na escola e de uns tempos pra cá a gente ouve mais por causa da Vala Comum, mas é mais nessa linha da repressão. O que mais me clareou nessa época da ditadura militar, sobre a ditadura militar, foi o filme da Vala Comum (Sandra)” (252)

Que foi a partir do momento que foi descoberta a cova, é que começou a fazer a missa de finados lá no cemitério. Então aí sempre tem a memória nesse dia. (...) recordar os indigentes, (...) E os desaparecidos, enterrados indigentes. E desaparecidos políticos. (Rosane)”( 345).

através da Vala Comum, por exemplo, aqui em Perus foi feito um trabalho pelo grupo de direitos humanos muito grande sobre a Vala Comum, com filmes, com palestras (Cica, 345).

Esses relatos atestam que as ações realizadas pelas comunidades e grupo de Direitos Humanos favorecem a construção dos *lugares de memória*, possibilitando o debate público de questões que afetaram diretamente o país, como foi o caso da ditadura militar. Além disso, proporciona a discussão, a análise e a interpretação dos processos sociais e políticos que vivemos no Brasil. Esses lugares, que se convertem em espaços e lugares-símbolo de luta política, se apresentam como verdadeiros “terri-

tórios da memória política”, como afirma Jelin e Lagland (17), uma vez que permitem às novas gerações estabelecer nexos entre passado, presente e futuro.

Além de ser um recurso utilizado para fazer memória, os espaços memoriais e as comemorações são processos ativos da memória coletiva, como aponta Cardoso:

A comemoração como esse processo ativo da memória coletiva, a partir do presente, configura-se como o *poder de integração* de sentidos, que é social, de uma reconstrução de uma identidade do evento, que deve ser digna de memória. Enquanto processo ativo e dirigido da memória, é seletivo, sempre a partir do presente (...) [grifo da autora] (200).

As celebrações e reflexões sobre os desaparecidos políticos e os acontecimentos do período da ditadura militar no Brasil realizadas por iniciativa das comunidades e movimentos locais contrapõe-se ao esquecimento desse passado recente forjando marcas no espaço público. Marcas que evocam a memória das vítimas da ditadura militar, a denúncia dos acontecimentos repressivos e da violação aos direitos humanos e que exigem a reparação por parte do Estado. Estas “son producto de acciones políticas que evidencian diversas formas de resistencia y de lucha contra la impunidad en el presente” (Loreto y Guglielmo 45). Desde a abertura da Vala Comum de Perus todos os anos as comunidades realizam celebrações no local, que reúne não só pessoas vinculadas a igreja, mas militantes, artistas e ativistas.

Por meio das cerimônias comemorativas – que utilizam o recurso da *performance* – se transmite e conserva o conhecimento do passado. Como explica Connerton, as celebrações são “atos de transferências que tornam possível recordar em conjunto” (44), por isso elas desempenham uma importante função na construção da memória social.

Entretanto, é importante ressaltar que as celebrações e as comemorações tanto podem permitir aos grupos reviverem de forma coletiva a memória de acontecimentos considerados significativos para eles, gerando a consciência do passado, quanto podem ser utilizadas pelos próprios poderes dominantes para manter a memória oficial. Essa advertência é feita por Paul Ricoeur, ao afirmar que existe um uso político abusivo das comemorações nacionais e das grandes datas associadas à manipulação e à instrumentalização das lembranças, como é o caso das comemorações do “Descobrimento do Brasil”, da “Abolição da escravidão” e da própria “Revolução de 1964” (que já pelo nome oficial atribuído ao Golpe de 1964 demonstra a manipulação de tal comemoração), entre outras.

Na verdade, o que vem à tona quando destacamos os espaços memoriais criados pelas comunidades e movimentos sociais é a disputa dos diferentes sentidos que se atribuem ao passado, sentidos

estes que negam as grandes datas comemorativas nacionais, que não dizem respeito às lutas levadas a cabo pelas classes populares.

As lideranças entrevistadas por Soraia Ansara evocam a Vala Comum existente no bairro como lembrança significativa e recordam, especialmente, daqueles presos políticos que lutaram contra o regime militar e que foram mortos e enterrados como indigentes. Por meio dessas lembranças significativas, as novas gerações constroem uma memória que permite algumas aproximações com a história do período, mas que não se vincula àquela “memória oficial” construída pelos governos militares. Muito pelo contrário: questiona tanto a história que aprenderam na escola superficialmente, quanto as artimanhas utilizadas pelo regime para encobrir os fatos.

Construídas no interior dos movimentos sindicais e sociais, por aqueles que normalmente estão predispostos a agir contra os aparelhos repressivos, essas memórias de resistência provocam uma ruptura com o cotidiano contestando o conformismo político, a submissão ao poder e a defesa da ordem que justifica a repressão. Essas memórias são preservadas ou mantidas a partir dos espaços memoriais criados pelos grupos locais, comunidades, Igreja e Movimento de Direitos Humanos – que se convertem em verdadeiros “lugares da memória” – onde realizam as celebrações organizadas na própria Vala Comum e suas reflexões sobre as vítimas do regime militar no Brasil, os eventos passados que marcaram suas vidas, suas comunidades e o próprio bairro.

Nesse sentido, as memórias coletivas, construídas pelas classes populares, como assinala Ansara (*Políticas 307*) manifestam-se como uma memória política que produz cenas polêmicas e paradoxais, revelando a contradição entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, e recriando “a memória dos que perderam não só o poder, mas a visibilidade de suas ações, resistências e projetos” (Paoli 27).

#### **4. As expressões artísticas como memória do lugar**

Uma das mais significativas expressões públicas de atores sociais, construída independente das iniciativas do Estado, foi a apresentação da Peça “Comum”<sup>10</sup>. Dirigida por Lucas Vitorino e protagonizada por atores populares do Grupo Pandora de teatro, a peça retrata o período da ditadura militar brasi-

<sup>10</sup> As apresentações de “Comum” fazem parte das ações do projeto contemplado na 30ª edição do Programa Municipal de Fomento ao Teatro da Cidade de São Paulo. A peça está disponível no youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=WBR\\_jkFkPhI&fbclid=IwAR2RlnX7205QGqcO-DL4Lk7YELOPaOqBv5yZweOc3CwSFrsqloRTDucPw](https://www.youtube.com/watch?v=WBR_jkFkPhI&fbclid=IwAR2RlnX7205QGqcO-DL4Lk7YELOPaOqBv5yZweOc3CwSFrsqloRTDucPw)

leira e a descoberta da vala comum do Cemitério Dom Bosco, local que fica a cerca de dois quilômetros da sede do grupo em Perus – a Ocupação Artística Canhoba<sup>11</sup>.

A realidade representada na obra artística da peça “Comum” funciona como um artefato da memória trazendo à cena as disputas no campo simbólico da memória e da verdade sobre a violência praticada pelo Estado. Os atores utilizam a teatralidade e a expressão poética, estética e política para contestar as políticas de esquecimento estabelecidas ao longo da ditadura militar e do processo de democratização.

A ação performática dos atores do grupo Pandora irrompe no espaço público trazendo uma mensagem política, atualizando e ressignificando os acontecimentos violentos ocorridos na ditadura. Esta ação envolve não só os atores -que para encenar precisam pesquisar e estudar com profundidade os acontecimentos da ditadura militar -, mas envolve também um público que não tinha ideia do que foi esse período. Embora a peça tenha sido encenada em vários espaços culturais no próprio bairro de Perus, ela também circulou pela cidade de São Paulo possibilitando a outros públicos e a diferentes gerações o conhecimento da Vala Comum de Perus e das atrocidades cometidas na ditadura.

Esse processo tem feito emergir a participação de novos atores e tem colocado em evidência os atravessamentos de gênero, classe e raça que também influenciam a construção das memórias. Outros coletivos culturais constituídos em Perus potencializam essa luta, dentre eles o coletivo “Nós, Mulheres da Periferia” que disseminou a memória da luta operária no bairro, assim como as reflexões e debates sobre a Vala Comum de Perus. O grupo tem alcançado grande visibilidade discutindo sobre as memórias e a vida na periferia, inclusive durante a atual pandemia da Covid 19.

As experiências que destacamos, ao longo deste artigo, revelaram que a Vala Comum de Perus está para além das ossadas e ganha potência como lugar de memória, por meio do fortalecimento dos coletivos e das ações populares que não dependem do Estado.

<sup>11</sup> A Ocupação Artística Canhoba, localizada na Vila Canhoba é organizada por coletivos culturais de Perus que transformaram um prédio público ocioso e abandonado em um espaço cultural, onde funciona o Cine Teatro Pandora.

## Considerações finais

*“os sonhos e a as memórias de outros outonos insistem em nos ensinar algo relevante: a ação coletiva”*

Airton Pereira – ator do Grupo Pandora

As ações realizadas em torno da Vala Comum de Perus envolvem diversos atores sociais e diversas formas de expressão, demonstrando a potência das políticas de memória não oficiais e atestando a necessidade de se elaborar políticas que busquem, como sugere Perrone (109), criar e manter espaços memoriais que possibilitem a construção da memória política e questionem as versões instituídas como *memória oficial*. Estas diferentes formas de manifestações e expressões produzem e ressignificam este lugar de memória e trazem à cena pública as narrativas e as memórias periféricas, sobretudo relativas às vítimas da violência de Estado.

Nesse sentido, os lugares de memória transcendem o Estado, na medida em que deixam de ser “espaços de poder” (institucionais) e se configuram a partir do “poder dos espaços”, constituindo-se como novas formas de expressão da memória, reafirmando sua dimensão política (Blair 73). A legitimidade da Vala Comum de Perus não mais depende das políticas oficiais de memória, e a memória política se consolida no território a partir das ações locais.

A manifestação mais explícita desse “poder do espaço” é a união de diferentes gerações nas lutas do presente, cujo instrumento central é a memória, que busca a reparação do tecido social e a significativa diminuição da violência de Estado. A realidade em que nos encontramos, com um Governo Federal violador dos direitos humanos, exige o fortalecimento das ações políticas nos territórios, assim como um contínuo trabalho de memória, para que não haja possibilidade de esquecer os efeitos perversos de uma política de genocídio e negacionismo estatal.

Os lugares de memória são abertos a conflitos e disputas pelas versões legítimas sobre o passado recente que perpassam uma determinada sociedade, sendo espaços fundamentais na construção da memória política e nos processos de elaboração das políticas de memória. Além disso, são estratégicos na luta pela verdade e justiça e na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Assim, a Vala Comum de Perus se torna memória viva que trata tanto de vida quanto de morte, e como lugar de memória, depende dos movimentos sociais e coletivos culturais seguirem comemorando, ritualizando e performando sua existência. Afinal, como diz uma frase expressa num dos muros de Perus: “onde falta arte, a violência se converte em espetáculo”.

## Referências Bibliográficas

- Ansara, Soraia. *Memória Política, Repressão e Ditadura no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2008.
- Ansara, Soraia. “Políticas de la memoria X políticas del olvido: posibilidades de desconstrucción de la matriz colonial.” *Revista Psicología Política* 12.24 (2012): 297-311.
- Ansara, Soraia, and Bruna Suruagy do Amaral Dantas. “Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva.” *Athenea digital: revista de pensamiento e investigación social* 15.1 (2015): 207-223.
- Arboleda-Ariza, Juan Carlos and Bravo, Gabriel Prosser. Políticas de la memoria en Colombia, entre un pasado instituido e instituyente. In. Hernandes, Aline R.C.; Dantas, Bruna S. A.; Ansara, Soraia; Hur, Domenico. (Orgs.). *Psicología Política e Memória*. Curitiba/PR: Appris, 2020.
- Blair, Elsa. Memoria Y Poder: (des)estatalizar Las Memorias Y (des)centrar El Poder Del Estado. *Universitas Humanística*, 72.72, 2011: 63-87.
- Cardoso, Irene de Arruda Ribeiro. *Para uma crítica do presente*. Editora 34, 2001.
- Connerton, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.
- Crivalente, Mariana Ramos; Kobashi, Nair Yumiko. “Sítios de memória e direitos humanos da América Latina: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação.” Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, XIX, ENACIB, 2018.
- Groppa, Bruno. “Las políticas de la memoria.” *Sociohistórica* 11-12 (2002): 187-198.
- IEVE - Instituto de Estudio da Violência de Estado/ GTNM - Grupo Tortura Nunca Mais – RJ/SP. *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos políticos a partir de 1964*. CEPE - Companhia Editora de Pernambuco, Governo do Estado de Pernambuco, Recife, 1995.
- Jelin, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Vol. 1. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- Jelin, Elizabeth & Langland, Victoria. *Monumentos, memoriales y marcas territoriales*. Madrid: Siglo XXI, 2003.
- Guglielmucci, Ana; López, Loreto. “Restituir lo político: los lugares de la memoria en Argentina, Chile y Colombia”. *Kamchatka. Revista de análisis cultural* 13. (2019): 31-57.

- Messina, Luciana. “Lugares y políticas de la memoria”. *Kamchatka. Revista de análisis cultural* 13. (2019): 59-77.
- Meneguetti, Francis Kanashiro Meneghetti. *Origem e Fundamentos dos Esquadrões da Morte no Brasil*. 2011. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro. 4 a 7 de setembro de 2011.
- Nora, Pierre. “Entre história e memória: a problemática dos lugares”. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, (1993): 7-28.
- Núcleo Memória. Trabalho fundamental para a democracia In. Instituto Macuco. *Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos Políticos, um capítulo não encerrado da História Brasileira*. V.1. São Paulo: Ed. do Autor, 2012. pp.10-13.
- Paoli, Maria Célia. “Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno.” *Estudos Avançados* 3.7 (1989): 40-66.
- Perrone, Claudia. “Políticas de Memória e do esquecimento: as ruínas do sentido. [Politics of memory and oblivion] In: Rauter, C.” *Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos. Equipe Clínico-grupal. Grupo Tortura Nunca Mais-RJ*. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/ Editora Te Cora (2002): 101-110.
- Piper-Shafir, Isabel. “*Obstinaciones de la memoria: la dictadura militar chilena en las tramas del recuerdo*”. Tesis Doctoral en Psicología Social. Universidad Autónoma de Barcelona, 2005.
- Pollak, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” *Revista estudos históricos* 2.3 (1989): 3-15.
- Seixas, Ivan Akselrud & Souza Silvana Aparecida. “Comissão Nacional da Verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil”. *Revista Estudos de Sociologia*. [20. 39 \(2015\)](#): p.347-364.
- Teles, Janaina Almeida. “A constituição das memórias sobre a repressão da ditadura: o projeto Brasil Nunca Mais e a abertura da vala de Perus.” *Anos 90* 19.35 (2012): 261-298.
- Vannini, Margarita. “Espacios públicos: Managua, resignificaciones, reescrituras, borraduras.”. Maestría en Estudios Culturales, Universidad Centro Americana, 2017.